

O que será o amanhã?

O Plano Real vai ser a grande vedete do teatro político nos próximos sete meses. Todos vão ter que ajustar contas com ele. Os que o escolheram terão a obrigação de viabilizá-lo e os que não o teriam criado se verão forçados a preservá-lo ou a provar que não foram responsáveis por sua derrocada.

□ Por Alberto Oliva

Quantas coisas previstas deixaram de acontecer. Quanta frustração para uns, quanto alívio para outros! E quantas coisas imprevisíveis despontam inesperadamente no horizonte de nosso cotidiano repetitivo. A verdade é que tudo que vem sendo de uma maneira pode vir a ser de outra. O que ainda não é pode vir a ser e o que é pode vir a ser de outra. Coisas de um mundo onde tudo é passageiro. Além do mais, é comum acontecer de uma mesma coisa ser boa para uns e péssima para outros. E isso dá razão à canção que deixou saudade com seus versos filosóficos: "O que dá para rir, dá para chorar, questão de motivo e de lugar". Tudo que acontece no Mundo da Vida é irrevogável. Isso, contudo, não nos impede de conjecturarmos a respeito de como teriam ficado as coisas se tal ou qual fato decisivo não tivesse acontecido. Se, por exemplo, os persas tivessem vencido os gregos na batalha de Maratona, o que teria daí resultado? Que consequências teria tido sobre os rumos político-culturais do Ocidente? E se Napoleão tivesse vencido a batalha de Waterloo? E se os nazistas tivessem vencido os Aliados na Segunda Grande Guerra? E se? Esse é o tipo de questão que faz sempre sentido formular quando estamos lidando com fatos históricos.

Para nossa imaginação, sem relógio e sem escravização ao real, muitas coisas fundamentais deixam infelizmente de acontecer. Quantas idealizações do melhor dos mundos possíveis são mantidas prisioneiras na gaiola da realidade! Quantas aventuras do pensamento ficam aquém ou vão além deste nosso mundo! Quantas utopias lamuriantes há que se dizem impedi-

Num mundo como o nosso sempre faz sentido imaginar o contrário do que aconteceu

das de virar realidade tal qual concebidas no Laboratório dos Seres Ideais Perfeitos! Quantas e quantas profecias têm sido feitas desde Nos-tradamus! A cada fim de ano o **Fantástico** (O Show da Vida) mobiliza alguns de nossos magos e pais-de-santo para que antecipe o que de importante nos reserva o futuro imediato. Inúmeras predições têm sido feitas ao longo dos dois últimos séculos por cientistas sociais. O nível de acerto tem sido pequeno. Muitas pessoas lastimam o elevado índice de previsões erradas. Esquecem que antecipar comportamento pode proporcionar seu controle externo e sua manipulação política. Se houvesse condição de prever fenômenos sociais com a mesma credibilidade com que predizemos alguns fatos naturais, constantes seriam os golpes contra a liberdade perpetrados por intelectuais cooptados pelo Poder.

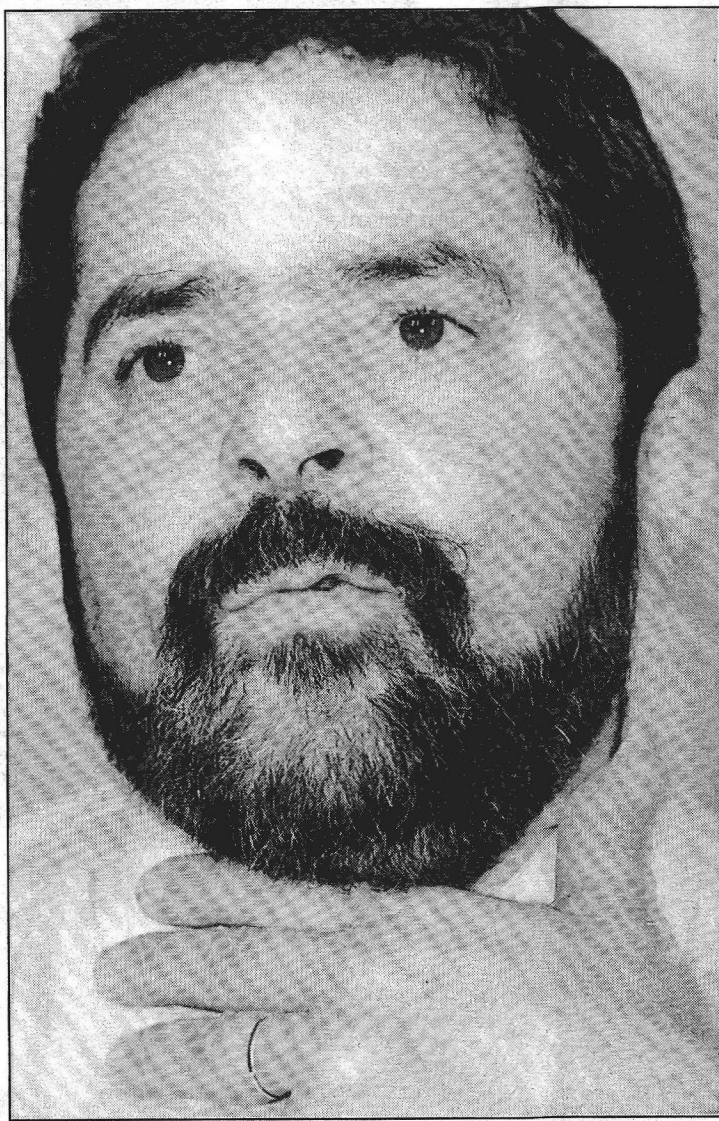
Num mundo como o nosso sempre faz sentido imaginar o contrário do que aconteceu, perguntar por que determinada expectativa deixou de se tornar realidade e montar cenários hipotéticos de como teria ficado a história/estória caso tivesse ocorrido o que deixou de acontecer. A verdade é que muitas previsões não se confirmaram simplesmente porque não foram feitas, como se imaginava, com base em conhecimento que se pressupunha ter. Marx, como se sabe, chegou a apregoar a inevitabilidade da revolução socialista nos países com maior desenvolvimento das forças produtivas. Muitas outras coisas deixaram de ocorrer pelo simples fato de terem sido profetizadas. E o chamado efeito-Édipo. Nesse caso, pode-se dizer que expectativas criaram a realidade.

Neste momento, às vésperas de eleições gerais, qualquer um de nós se sente tentado a fazer prognósticos, a montar cenários, a lançar hipóteses a respeito de como se comportarão os agentes políticos colocados no prosaísmo a partir de janeiro próximo. Eleições já não têm para nós o efeito mágico de nos reintroduzirem no mundo da democracia ou de serem vistas como panacéia para todos os nossos grandes males. Acrescente-se a isso que pou-

A vida partidária pulverizada em muitas legendas torna mais difícil a construção dos "pactos de governabilidade"

cas vezes em nossa história se desfrutou de tanta liberdade de expressão e de escolha política como agora. E estamos, ao que parece, caminhando em direção à alvissareira desregulamentação da vida econômica. Mas em tantas democracias como a nossa as eleições continuam cumprindo missão social. É o momento da escolha de direções. E o ritual que simboliza a reiteração do passado ou a inauguração de uma nova era. Eleições, dirão os descrentes, não encham a barriga de ninguém. Mas não é bem assim. É fácil constatar que as ideias vencedoras acabarão gerando consequências práticas em boa parte diferentes das que resultariam da implementação das vendas. Além do mais, é preciso desfazer a má impressão deixada pelo primeiro presidente escolhido pelos brasileiros depois do longo interregno autoritário.

A vida partidária está hoje pulverizada em muitas siglas/legendas. Isso torna mais difícil a construção dos "pactos de governabilidade". Mas, excluídas as legendas replicantes e as de aluguel, a existência de um número elevado de partidos tem a vantagem de propiciar a participação das diferentes correntes do arco político dos processos de grande decisão. Mesmo os que — por tédio ou ignorância — não acompanham os caminhos mais tortuosos da vida política acabam manifestando preferência por uma visão de mundo quando decidem votar em determinado candidato. Por mais que haja uma nítida propensão a escolher biografias em detrimento de partidos, não há como



Caso Lula seja eleito, terá vontade ou condições de contrariar os interesses e as ideologias dos muitos grupos que se aninham em seu partido a ponto de promover a reforma racionalizadora do setor público?



Se eleito, Fernando Henrique terá a imensa responsabilidade de viabilizar o Real a longo prazo, tornando-o capaz de fazer frente aos momentosos problemas econômicos conjunturais do País.

minimizar a importância da visão de mundo que cada candidato encarna. Empatia sem um mínimo de convergência ideológica — ao menos epidérmica — não define a maioria dos votos.

Temos nestas eleições um variado cardápio. Temos desde a posição mais próxima da extrema direita, como é o caso de fascismo barbudo do Enéas, até as velhas ideias socialistas, muitas delas elaboradas com a mesma argamassa do Muro de Berlim, representadas pelo PT de Lula. O PDT despençou vertiginosamente nesta campanha em razão da hoje conhecida omissão administrativa de seu cacique e por professar um estatismo virulentamente retrógrado. Uma análise mais cuidadosa mostra-

O Plano Real é um fato consumado. E será o referencial permanente para os primeiros meses do próximo governo.

rá que não entrou em cena um candidato a presidente merecedor do rótulo liberal. O PL, para fazer jus ao nome, teria que ter uma identidade de muito diferente da atual. E o PPR, representado por Amin nestas eleições, está longe de fazer uma pregação afinada com as teses mais importantes do (neo) liberalismo. FHC é candidato por um partido social-democrata coligado a outras legendas que preferiam ficar numa posição de coadjuvantes. Muitos dizem, até com intuito difamador, que FHC se converteu ao neoliberalismo. Nem dava tempo para quem até pouco tempo elaborava a teoria da dependência. FHC é hoje em dia um político pragmático que sabe que sem a ampla reforma do setor público a inflação não será domada e os problemas sociais substantivos não poderão ser atacados.

Como cada um desses candidatos/partidos está, de forma mais ou menos articulada, envolvido com uma visão de mundo, o escolhido precisa ser visto como representando a proposta de um tipo de solução para os nossos velhos e novos problemas. Cada um tem algum tipo de resposta, mais ou menos refletida, para os problemas clássicos enfrentados pela tradição econômico-política ocidental. Como manter a ordem social? Como é possível o convívio em liberdade? Que funções cabem ao Estado e que poderes deve ter decorrentes do monopólio do uso da força? Que tipo de padrão de interação, entre o *socié* e os poderes constituídos, proporciona o aprimoramento da cidadania? De que modo pode o Estado prover serviços básicos de saúde, educação de boa qualidade? Como garantir segurança mínima aos cidadãos inermes das grandes cidades? Como garantir ao indivíduo autodeterminação, autonomia e proteção ao seu sagrado direito de escolha? Cada um desses partidos, através de seus principais porta-vozes, se apresenta como capaz de sanar nossos mais aflitivos problemas conjunturais. Mas o modelo de solução proposto para os infortúnios conjunturais depende dramaticamente de como encaram as questões permanentes da vida social. Se queremos definir a identidade de um parti-

do ou de um político devemos prestar atenção na forma com que lida com os pontos de interação entre os problemas permanentes e os desafios de época.

É claro que a realidade não é matéria inerte e informe a ser moldada por nossas visões de mundo. Mas não há dúvida de que cada partido representa a proposta de um tipo específico de intervenção na realidade. Por mais que o mundo negue nossos sonhos e ideais, nossa reiterada insistência modeladora — não deu certo antes, mas agora vai — pode causar muitos malefícios a realidades plásticas como a social. Supondo-se que cada partido veicula, de forma mais ou menos articulada, uma mundividência, podemos nos perguntar que tipo de orientação "filosófica" o vencedor tentará imprimir ao seu governo.

Com base nas pesquisas até aqui divulgadas, a corrida presidencial se decidirá entre Lula e FHC. Que Brasil emergirá da vitória de um ou

de outro? Os céticos poderiam responder que nossos problemas se agravarão porque continuaremos a reverenciar a insensatez que se nega a fazer as reformas há muito necessárias. Já o otimista inveterado diria que o próximo presidente terá poder suficiente para enganar o Congresso no grande processo das reformas que recolocarão o Brasil nos trilhos de mais um *boom* desenvolvimentista. Com as reformas estaremos apenas dando início à decolagem, começando o voo do crescimento com estabilidade econômica. E pergunta: como negar que esse é o grande passo a ser dado por um País que estava desorientado, alternando ciclotomicamente intervencionismo desbragado e inação abúlica? Esse otimista profissional, tomado pela emoção, chega a vislumbrar uma reedição revista e depurada dos Anos Dourados. Delira quando profetiza o surgimento de uma nova bossa-nova cantando em prosa e verso um novo barquinho: o que volta a sin-

maioria da população. Seus detratores dizem que se trata de uma sofisticada construção de laboratório econômico idealizada para gerar um resultado político — a eleição de FHC. A esta altura do campeonato esta me parece uma questão ociosa. O Plano Real, com ou sem a vitória de FHC, é um fato consumado. E será o referencial permanente para os primeiros meses do próximo governo. O que há de real é que o plano FHC criou fatos que não poderão ser desprezados pelo novo ocupante do Palácio do Planalto.

Suponhamos que Lula seja o vencedor do pleito. Não terá como dar início ao seu governo desprezando os princípios e pressupostos organizadores do Plano Real. Como poderia, no dia 1º de janeiro, propor um programa, no seu discurso de posse, que ignorasse completamente o Plano? Como poderia ousar decretar sua falência se por essa época o plano estará ainda funcionando bem ou, na pior das hipóteses, começando vagarosamente a descer, de forma ainda pouco perceptível, a ladeira do fracasso? O próximo presidente, especialmente se Lula, terá o espectro do Real a rondar implacavelmente seus passos. E isso para Lula seria profundamente constrangedor porque, para dar certo, o Real pressupõe a realização de uma série de reformas incompatíveis com o que Lula tem apregoado. Como contrariar os muitos interesses das muitas corporações, fielmente representadas até hoje pelo PT, em nome da sobrevivência do Real? Mas, se permanecer leal ao estatismo doutrinário de seu partido, Lula não conseguirá ficar à frente do Real. Apostar no fracasso do Plano como se nada tivesse a ver com ele vai-se mostrar uma saída política suicida. Começando a malograr nos meses imediatamente subsequentes à sua posse, ficará difícil para a opinião pública determinar se morreu de morte morrida ou de morte matada. E os índices de popularidade poderiam despencar de forma vertiginosa. Por tudo isso não podemos deixar de insistir no seguinte dilema: apesar de o PT resistir às ideias de reforma do Estado, peiorativamente depreciadas como "neoliberais", poderá Lula rechaçá-las como a "peste burguesa" depois que sentar na cadeira ideologicamente giratória do Palácio do Planalto?

A verdade é que quem tomar posse vai ter que continuar desembrolhando o pacote do real. Essa primeira camada do real que veio ao mundo é apenas a

abertura de uma sinfonia com ambições a tocar uma grande reforma do Estado. O problema é que Lula acha o neoliberalismo dissolutamente moderno, enquanto os artifícios do Plano consideram esgotado o modelo de desenvolvimento capitaneado pelo Estado. Mais: vêm no setor público as fontes de nossas principais agruras. Supondo que o real é a realidade da qual o próximo presidente não vai poder se afastar em seus primeiros meses de

cargo, desafia a imaginação definir como o PT conviveria com isso. Será que o apego a uma certa estatolatria falará mais alto que a **realpolitik**, que o pragmatismo de quem precisa garantir a governabilidade e satisfazer a todas as demandas sociais que alimentou através de suas contundentes pregações?

Não há como negar que, se eleito, Lula enfrentará um dilema que poderá se revelar destrutivo. Terá que contrariar em boa parte seu ideário, principalmente nos meses seguintes ao início de seu mandato, para assegurar a sobrevivência do Plano. Se não fizer isso poderá ser responsabilizado pela opinião pública como o falastrão que criticou seus defeitos mas não soube sequer preservar suas qualidades. Em suma, o Real pode acabar se revelando ou o principal causador da derrota de Lula ou a herança político-econômica que ele não tem, como abandonar sem correr o risco de ser responsabilizado pelo que de pior vier a ocorrer com o Plano.

A situação de FHC é bem mais cômoda. Não só porque poderá dar continuidade ao projeto que ajudou a elaborar quando ainda ministro da Fazenda. Mas, sobretudo, porque poderá, num primeiro momento, acusar os que lhe criarem dificuldades de inimigos do Real. Os que lhe negarem a aprovação das reformas indispensáveis poderão ser apontados como os que conspiram contra a longevidade do Plano. Isso não significa que sua missão não terá ingêntes obstáculos a superar. É claro que, se eleito, FHC terá a imensa responsabilidade de viabilizar o Real a longo prazo, tomando o capaz de fazer frente aos momentosos problemas econômicos conjunturais cuja solução é precondição para a retomada do crescimento duradouro e a melhoria de nossos indicadores sociais.

FHC tem também a vantagem de poder, nos primeiros movimentos de sua administração, se dirigir ao público para se queixar da falta de apoio dos parlamentares a um projeto que começou bem. Poderá até retoricamente dizer-

Se receber o apoio pedido para as reformas e o Real se revelar um fiasco, FHC será o único a ser responsabilizado.

se refém dos que não querem que o Plano derrote definitivamente o dragão da inflação. Mas, se receber o apoio pedido para as reformas e o Real se revelar um fiasco, FHC será o único a ser responsabilizado por seu fracasso. E os opositores dirão que se confirmaram as suspeitas de estelionato eleitoral. Como o plano é seu, FHC não terá o constrangimento de governar de acordo com seus pressupostos. Poderá, isto sim, sempre indicar que etapa da reforma do Estado prevista pelo plano está sendo tentada e por que gera reações adversas por parte das corporações e o boicote dos sócios da inflação. O que não pode acontecer é FHC tentar empurrar com a barriga o imperioso ímpeto reformista porque, nesse caso, não poderá acusar ninguém pelo fracasso e ele mesmo será vítima de suas próprias propostas. O Plano Real não terá vida longa e nenhuma promessa de campanha poderá ser cumprida, pelo próximo presidente, se não contar com os 50 bilhões de dólares, cálculo feito por Edmar Bacha, oriundos de privatizações. Mas será que de fato ocorrerão privatizações num governo Lula? E atingirão essa cifra se FHC for o presidente?

Por incrível que pareça, o Plano Real criou uma espécie de programa inevitável para uma primeira fase de governo, quer o presidente seja Lula, quer seja FHC. A diferença fundamental é que Lula tem um discurso que diverge consideravelmente do caminhar proposto pelo Plano, enquanto o FHC escolherá trilhar por essa via. Não há como fazer futurologia sem virar objeto de chacota. Mas o Plano Real vai ser a grande vedete do teatro político nos próximos sete meses. Todos vão ter que ajustar contas com ele. Os que o escolheram terão a obrigação de viabilizá-lo e os que não o teriam criado se verão forçados a preservá-lo ou a provar que não foram responsáveis por sua derrocada.

Já ao fim deste arriscado exercício de incur-são no campo minado das conjecturas, gostaríamos de dizer que o próximo presidente terá que ter vocação reformista para poder fazer um

Somos um país onde a resistência à mudança parte de forma mais enfática justamente daqueles que se dizem a favor dos desvalidos

bom governo. A dúvida que paira é: caso seja Lula o eleito, terá vontade ou condições de contrariar os interesses e as ideologias dos muitos grupos que se aninham em seu partido a ponto de promover a reforma racionalizadora do setor público? E se FHC liderar o movimento pelas reformas, elas serão de fato feitas? Muitos analistas repetem que todo presidente em começo de mandato consegue aprovar qualquer coisa. Exemplificam com o famigerado Plano Collor. Esquecem que as reformas fiscal/tributária, administrativa, patrimonial etc. mexem com interesses permanentes de tantos grupos e demandam a concordância da esmagadora maioria dos parlamentares. Somos um país onde quase todos se autoproclamam progressistas, mas onde a resistência à mudança parte de forma mais enfática justamente daqueles que se dizem a favor dos desvalidos. Essa ambivalência só acabará se os governantes tiverem a humildade de reconhecer que a realidade, a experiência dos erros que acumulamos em nosso país e em outras nações, é mais importante que a rigidez de programas que se dizem salvadores porque se defendem do crivo da história. **CS**

A.O. é professor de filosofia da UFRJ